

POLÍTICA

TRANSPORTE PÚBLICO

Multas ao PróUrbano crescem 54% em 2025

Consórcio responsável pelas linhas de ônibus em Ribeirão Preto foi autuado por fiscais 2.330 vezes nos seis primeiros meses do ano

DA REDAÇÃO

O primeiro semestre de 2025 terminou com um aumento de 54% no número de multas aplicadas pela RP Mobi, empresa estatal responsável pela gestão do trânsito e do transporte em Ribeirão Preto, ao Consórcio PróUrbano, que opera as linhas de ônibus na cidade. Entre janeiro e junho deste ano, foram registradas 2.330 autuações. No mesmo período do ano passado, os fiscais registraram 1.511 infrações.

As autuações tratam de diferentes irregularidades cometidas pelas empresas na execução do serviço e flagradas por agentes. As mais comuns são a o não cumprimento de horários,

adiantamentos e o excesso de tempo de parada nos pontos de ônibus. O valor dessas multas não foi divulgado pela RP Mobi.

Em nota, a estatal afirmou que realiza “fiscalizações regulares” nos terminais de ônibus urbanos, verificando itens essenciais de segurança e operação dos veículos, como extintor, triângulo, cinto de segurança, balaustre, assentos e plataforma elevatória para pessoas com dificuldade de mobilidade.

“Cabe à RP Mobi acompanhar os indicadores de qualidade do serviço, inclusive os registros de viagens não realizadas, aplicando as penalidades previstas em contrato sempre que forem identificadas falhas opera-

cionais”, diz o texto encaminhado ao Jornal Ribeirão.

A reportagem solicitou um posicionamento do PróUrbano sobre o aumento das autuações à sua assessoria de comunicação, mas não houve resposta até o fechamento desta edição.

MANUTENÇÃO

Outro relatório da RP Mobi mostra queda na qualidade do transporte urbano de Ribeirão Preto em 2025. Menos de um ano após concluir a renovação da frota, o número de denúncias de usuários provocadas por “problemas mecânicos” cresceu 79%.

O número faz parte do extrato de reclamações fei-

tas pelo canal direto entre a estatal e os passageiros. Entre janeiro e maio deste ano, foram 61 casos registrados. No mesmo período do ano passado, quando a frota ainda estava em processo de renovação, foram 34 reclamações.

Para trocar os ônibus em circulação na cidade por modelos OKM, o PróUrbano recebeu R\$ 70 milhões de “indenização” do município. Entre 2023 e 2024, 306 veículos foram incorporados à frota.

O município também “perdoou” dívidas do consórcio referentes a taxas de concessão e multas aplicadas antes do acordo.

A assessoria de imprensa da empresa pública disse que a manutenção preven-

tiva e corretiva dos ônibus cabe ao consórcio e que os agentes de fiscalização atuam em caso de irregularidade flagrante.

“O controle da manutenção mecânica preventiva ou corretiva dos ônibus é de responsabilidade exclusiva das empresas que compõem o consórcio operador do sistema. Caso os Agentes de Fiscalização de Transporte verificarem qualquer outra irregularidade na infraestrutura do ônibus como freios ou ruídos podem solicitar ao consórcio as devidas providências para a manutenção”, conclui a nota.

PROCURADO, O CONSÓRCIO PRÓURBANO NÃO SE MANIFESTOU SOBRE O TEMA.



Passageiros embarcam em ônibus do consórcio PróUrbano: empresas receberam mais de duas mil multas

EDUCAÇÃO

Licitação para compra de agasalhos é concluída às vésperas do recesso escolar

A Prefeitura de Ribeirão Preto concluiu no último dia 27 a licitação para a compra de 111 mil conjuntos de uniformes de frio para a rede municipal de ensino. A empresa Triunfo Comércio e Importação Ltda, de Blumenau (SC), venceu o processo com uma proposta de R\$ 3,8 milhões. A homologação acontece uma semana após o início oficial do inverno e a poucos dias do início do recesso escolar.

Os alunos ficarão sem aula entre os dias 10 e 27 de julho. Em nota, a Secretaria de Educação afirmou que os kits com calça e agasalho serão distribuídos apenas após as férias.

“A distribuição dos uniformes será realizada pelas escolas diretamente aos

estudantes, com base na matrícula ativa e no levantamento prévio de tamanhos. A previsão é que a distribuição ocorra no início do segundo semestre letivo”, diz o texto.

A licitação foi concluída após matéria do Jornal Ribeirão, que revelou o atraso no procedimento. O Termo de Referência - documento que estipula as características de um produto ou serviço a ser licitado - foi finalizado pela pasta em janeiro deste ano. O edital, contudo, só foi publicado no dia 6 de junho.

O inverno começou, oficialmente, no último dia 20 e a semana foi de frio recorde em Ribeirão Preto, com temperatura mínima na casa dos 4º C. Sem roupas

adequadas para enfrentar o frio, muitos responsáveis optaram por não enviar as crianças para a escola.

O atraso colocou em situação delicada as famílias que recebem benefícios sociais como o Bolsa Família, que exigem a frequência escolar. Professores relataram ao jornal que foram obrigados a registrar falta para os alunos que não compareceram às unidades nos dias mais frios, mesmo sem a distribuição de agasalhos.

Ao JR, a secretaria defendeu o controle de frequência. “Entendemos que a escola é um espaço de proteção e preservação de direitos, independentemente de fatores externos. O acompanhamento diário da frequência é uma prerrogati-

va da rede, pois a presença dos alunos nas unidades escolares garante acesso ao acolhimento, à alimentação saudável e ao processo de aprendizagem”, conclui a nota.

Grupo polêmico

A empresa Triunfo Comércio e Importação, vencedora da licitação para fornecimento de uniformes de inverno em Ribeirão Preto, acumula um histórico de denúncias e irregularidades. Ligada a sócios que também controlam a Nilcatex Têxtil, a Triunfo já foi alvo de investigações por fraude em licitações, corrupção, sonegação fiscal e práticas fraudulentas que envolveram valores milionários.

Os uniformes fornecidos pela empresa em outras

regiões foram alvo de críticas quanto à qualidade. Em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, foram distribuídas bermudas com etiqueta indicando fabricação no Paraguai, apesar da empresa sede estar no Rio Grande do Sul, o que levantou suspeitas de superfaturamento e irregularidades na importação. Além disso, as camisetas produzidas pela Nilcatex são relatadas como de má qualidade, finas e até transparentes.

A empresa Nilcatex Têxtil, controlada pelos mesmos proprietários da Triunfo, também foi multada em valores superiores a R\$ 20 milhões pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) devido a práticas ilegais.